

A Cultura como guardião do espírito cívico nacional: a ação dos intelectuais do Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1966-1975)

Tatyana de Amaral Maia *

Resumo: O período da ditadura civil-militar (1964-1985) foi marcado por várias ações institucionais para a organização de políticas culturais que garantissem a democratização da cultura nacional. O objetivo deste artigo é analisar a experiência do Conselho Federal de Cultura, órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, investigando a importância da ideia de civismo na elaboração das políticas culturais durante o regime ditatorial-militar.

Palavras-chaves: Conselho Federal de Cultura, Patrimônio, Civismo

Abstract: The period of civil-military dictatorship (1964–1985) was marked by many institutional actions to organize the cultural policies whose goal was to make the democratization of the national culture possible. This article intends to analyse the experience of the Conselho Federal de Cultura, that belongs to Ministério da Educação e Cultura, starting the idea and importance the civism idea to create cultural policies during the period of military dictatorship.

Key-Words: Conselho Federal de Cultura, property, civism.

O Conselho Federal de Cultura, CFC, foi criado como órgão consultivo, normatizador e de assessoria ao ministro da educação e cultura no final de 1966. O Conselho teve um duplo objetivo: primeiro, a orientação da função política da cultura e do papel estatal no setor; segundo, uma disputa no interior do campo cultural pela definição do conceito de cultura e de identidade nacionais.

A proposta de criação de um Conselho no interior do Ministério dedicado exclusivamente ao setor cultural, com funções similares ao Conselho Federal de Educação, foi de Josué Montello, que assumiria sua presidência, durante um encontro com presidente Castelo Branco na Academia Brasileira de Letras. Os membros do Conselho foram divididos entre as Câmaras de acordo com sua formação e experiência profissional. O Conselho era composto por intelectuais atuantes no aparelho burocrático desde a década de 1930. Os principais membros do CFC neste período foram: Adonias Filho, Afonso Arinos de Mello e Franco, Arthur Cezar Ferreira Reis, Ariano Suassuna, Cassiano Ricardo, Clarival Prado Valladares, Djacir Lima Menezes, Gilberto Freyre, Gustavo Corção, Hélio Vianna, José Candido de Andrade Muricy, Josué Montello, Manuel Diegues Júnior, Octávio de Faria,

* Doutoranda em História Política/UERJ. Bolsista da CAPES.

Pedro Calmon, Raimundo Moniz de Aragão, Raquel de Queiroz, Raymundo Faoro, Renato Soeiro e Rodrigo de Mello e Franco.

Ao observarmos a configuração deste grupo, destacamos três componentes fundamentais para compreensão das políticas culturais e da noção de patrimônio propostas. A maioria desses intelectuais pertencia aos quadros da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; exerceu cargos de direção das principais instituições culturais do país; participou do Movimento Modernista. Esses fatores influenciaram decisivamente à orientação dada ao Conselho Federal de Cultura, que incorporou o projeto desenvolvido por esses intelectuais desde os anos 1930, com ênfase na noção de patrimônio e na ação centralizadora do Estado.

O objetivo desse artigo é compreender como a noção de patrimônio cultural utilizada pelo CFC foi forjada a partir da associação dos ideais modernistas das décadas anteriores com os discursos políticos sobre o civismo e o desenvolvimento nacional do período. Dessa forma, os projetos orientados por essa intelectualidade desde os anos de 1920 puderam ser efetivados de forma centralizada e correspondia às expectativas do regime ditatorial sobre o papel do setor cultural.

Tomamos os discursos dos membros do CFC como integrante do discurso estatal sobre o seu papel e a função da cultura, ainda que em alguns momentos haja uma tensão entre a proposta do CFC e as orientações da cúpula do executivo. Para o Conselho, a intervenção do Estado na cultura era essencial na produção de bens culturais e na preservação do patrimônio. O Estado era o único agente capaz de criar uma infra-estrutura que assegurasse as condições necessárias para a liberdade criadora nas diversas formas de expressão artística. Neste sentido, o Estado não aparece como um censor da produção cultural, ao contrário, ele garante que o setor cultural não sofrerá qualquer pressão que oriente, subordine ou limite sua produção.

As funções centrais do CFC foram definidas e hierarquizadas já no documento de sua criação: preservar o patrimônio e elaborar uma política nacional para o setor. É no âmbito do patrimônio que o Estado exerce uma das suas principais ações na cultura e essa definição foi reelaborada pelos ideólogos do Conselho. O conceito de patrimônio cultural, neste momento, além de incluir as obras arquitetônicas incorporava em larga medida a produção intelectual e também considerava, ainda que pontualmente, a natureza.

“Define-se, pois, a Política Nacional de Cultura como conjunto de diretrizes (...) que visam a conservar o patrimônio cultural – constituído das tradições históricas e dos hábitos e costumes estratificados; das criações artísticas e literárias mais representativas do espírito criador brasileiro; das realizações técnicas e científicas de especial significação para a humanidade; (...) das paisagens mais belas do

território pátrio; das idéias (sic.) e dos ideais partilhados pelos brasileiros.” (CFC, 1973:38)

Essa amplitude dada ao conceito de patrimônio cultural possibilitava que o Conselho promovesse uma ação editorial constante e fundamental na preservação dos escritos dos homens de cultura. O Conselho lançou coleções como “Centenário” que reunia obras completas de consagrados intelectuais; projetos como o do Atlas Cultural do Brasil e da História da Cultura Brasileira; financiou várias publicações de obras já esgotadas, inclusive escritas pelos próprios conselheiros; financiou revistas das academias de letras e institutos históricos mediante convênios; ou seja, atuou fortemente na edição e reedição de obras consideradas chaves no pensamento social e na literatura brasileiras, e que nem sempre eram viáveis no incipiente mercado editorial brasileiro.

O conceito de cultura brasileira proposto pelo Conselho Federal de Cultura está ancorado nas análises antropológicas que destacam o seu “sentido particular” e sua função política é atuar na formulação de identidades. Neste “sentido particular” a própria cultura de caráter nacional torna-se um patrimônio formado desde o processo de conquista e colonização portuguesa, portanto, definida por aspectos de longa duração e singulares que permitem a distinção do Brasil em relação às demais nações.

O patrimônio nacional, tal como proposto pelo CFC, incluía as obras artísticas e arquitetônicas de valor histórico, os museus, as bibliotecas, os teatros, as academias de letras e os institutos históricos, as cerimônias cívicas, as grandes obras da literatura, as festas populares, os centros históricos, a produção intelectual e científica. O patrimônio é toda atividade cultural que enfoca a “comemoração do passado legítimo” e os aspectos da verdadeira “essência nacional”. O patrimônio torna-se, então, o representante máximo da nacionalidade. Investir no patrimônio é investir na cultura nacional; afinal, cultura e patrimônio eram indissociáveis, ou melhor, só era cultura aqueles referenciais simbólicos que compunham o patrimônio.

“As únicas operações possíveis – preservá-lo, restaurá-lo, difundir-lo – são a base mais secreta da simulação social que nos mantêm juntos (...). A perenidade desses bens leva a imaginar que seu valor é inquestionável e torna-os fontes do consenso coletivo, para além das divisões entre classes, etnias e grupos que cidem a sociedade e diferenciam os modos de apropriar-se do patrimônio.” (CANCLINI,2000:160)

A questão do patrimônio cultural tornou-se a grande bandeira de atuação do Conselho Federal de Cultura. A cultura brasileira era um patrimônio ameaçado pela falta de infraestrutura e investimentos. A tarefa principal do Conselho, e que considero vitoriosa, era

centralizar as ações no setor cultural, tornando-o uma área de permanente atuação do Estado através de políticas culturais

“O Conselho Federal de Cultura não fará episódios de cultura, pequenas atuações individuais. Não promoverá a montagem de um único espetáculo teatral.” (MONTELLO, 1967:19-22)

Dessa forma, todos os esforços iniciais foram dedicados à criação de uma rotina de cultura com o intuito de produzir uma ação sistemática no setor. Para articular as ações do Ministério e instituir um conjunto de práticas orientadas especificamente para o setor cultural foi criada a Comissão de Legislação e Normas. Os anteprojetos de lei, os convênios, as regras para a distribuição de verbas, o regimento interno, entre outros, eram redigidos pela Comissão. A Comissão era composta por Afonso Arinos de Mello e Franco, Gustavo Corção, Hélio Vianna, Pedro Calmon Moniz Bittencourt e Rodrigo Mello Franco de Andrade. A presença maciça de representantes da Câmara de Patrimônio na constituição da Comissão pode ser analisada a partir de duas sentenças: primeiro, a importância do patrimônio para o Conselho; segundo, a experiência bem sucedida das políticas de preservação do patrimônio instituídas pelo Estado desde a década de 1930 e a continuidade dessa política preservacionista na ditadura civil-militar, agora incorporando a publicação de grandes obras literárias.

“O patrimônio histórico e artístico nacional é a memória de todas as gerações brasileiras que nos cumpre guardar e aproveitar, transferindo-a, sempre mais enriquecida, às novas gerações.” (MONTELLO, 1967: 5-8)

No interior do Ministério da Educação e Cultura, a instituição cultural melhor aparelhada era o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado por Gustavo Capanema em 1937, sob a direção de Rodrigo Mello Franco de Andrade. O SPHAN, atualmente, IPHAN, foi o órgão responsável pela definição de uma inédita política de preservação federal. A longa gestão de Rodrigo Mello e Franco é considerada um marco na orientação político-burocrática daquele órgão. Na década de 1930, Rodrigo de Mello e Franco é convidado pelo Ministro da Educação e Saúde Francisco Campos para ocupar a chefia do gabinete do Ministério. Permaneceu no cargo até 1967 e contou com a colaboração de Manuel Bandeira, Gilberto Freyre, Afonso Arinos, Arthur Cesar Reis, Renato Soeiro entre outros.¹

¹ FALCÃO, José Arruda. “Política Cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional”. In: MICELI, Sergio. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984 pp.23-39

Se, por um lado, a presença desses modernistas no interior do MEC privilegiou a adoção de medidas no campo da preservação do patrimônio de “pedra e cal”, tão questionadas a partir de 1980, por outro, evitou que prevalecessem ações de caráter fascistas existentes no Estado Novo.² O discípulo de Rodrigo Mello Franco de Andrade, Renato Soeiro substituiu-o no IPHAN e, após 1969, passou a ocupar seu lugar no Conselho Federal de Cultura. Após a Reforma Administrativa do Ministério em 1971, Soeiro torna-se diretor do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), o embrião do Ministério da Cultura.

O IPHAN não foi o único órgão criado na década de 1930 para tentar organizar e ampliar a participação do Estado na esfera cultural, tampouco o único setor da área da cultura que despertou o interesse estatal. Contudo, foi o órgão que respondeu de forma mais eficaz às demandas do executivo.

“(...) o IPHAN, ao preservar o patrimônio histórico e artístico, deveria responder a pelo menos três desafios. Primeiro, ao desafio político de estimular e canalizar a participação social na preservação cultural. Segundo ao desafio ideológico de identificar e forjar um ‘patrimônio cultural brasileiro’ (...). Finalmente, ao desafio administrativo de cunhar e consolidar uma estrutura estatal burocrático-cultural, nacional e eficiente”. (FALCÃO, 1984:27)

O IPHAN cristalizou uma concepção de cultura nacional a partir da preservação expressa nas obras arquitetônicas e nos centros históricos. Nesta perspectiva, a modernização só seria consolidada com o conhecimento e o resgate do passado, afinal, era singular a trajetória brasileira que nos garantiria um lugar no espaço das potências civilizadas. Os conceitos de patrimônio e identidade são concebidos como tradutores da essência nacional, sendo integrados aos valores modernos da nacionalidade. Essa visão estabelece laços ambíguos com a modernidade, ao renovar um conjunto de bens e práticas tradicionais que geram o sentimento de pertencimento dos indivíduos a uma nação.

Essa visão do patrimônio como elemento indispensável à civilização e à modernidade, institucionalizada na gestão de Rodrigo Mello e Franco, foi claramente apropriada pelos integrantes do CFC e incorporada às suas práticas. A valorização das tradições como aspecto *suis generis* da cultura só é eficaz quando são elaboradas ações capazes de naturalizá-las. Assim, “o patrimônio só existe como força política na medida em que é teatralizado: em comemorações, monumentos e museus” (CANCLINI, 2000:160). Esse aspecto de continuidade ganharia dois novos elementos: o caráter cívico exercido pela cultura e seu papel no desenvolvimento nacional.

² CAVALCANTI, Lauro (org.). *Modernistas na repartição*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/Paço Imperial, 1993.

Em 1970, foi realizado por iniciativa do Ministro Jarbas Passarinho o primeiro “Encontro Sobre Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. A gestão de Jarbas Passarinho foi marcante para o setor cultural no período da ditadura civil-militar. O Encontro, realizado em Brasília, entre 1 e 3 de abril, foi dirigido por Arthur Cezar Ferreira Reis e Pedro Calmon. O diretor do DPHAN, Conselheiro Renato Soeiro, ficou responsável por apresentar aos presentes os pontos centrais do Encontro, lembrando da atuação de Rodrigo Mello e Franco na diretoria daquele órgão.

“Habituo-nos a não fazer distinção entre Patrimônio e Rodrigo. As duas imagens para os seus Companheiros de trabalho e amigos se confundem em uma só.”(SOEIRO, 1970:24)

Dessa forma, a idéia de patrimônio presente naquela reunião seguia as diretrizes cristalizadas pela ação de Rodrigo de Mello e Franco durante os trinta anos em que dirigiu o DPHAN. Além de uma legislação adequada às necessidades preservacionistas era fundamental conscientizar a população da importância do patrimônio através da educação. A tarefa caberia às disciplinas “Moral e Cívica”, no ensino básico, e “Problemas Brasileiros”, no ensino superior. O patrimônio cultural do país era considerado indispensável na formação do civismo nacional. Para Soeiro, o desenvolvimento era perfeitamente conciliável com a proteção e valorização do patrimônio.

Os participantes do Encontro assinaram o “Compromisso de Brasília”, redigido por Pedro Calmon e considerado o documento síntese dos trabalhos realizados. O documento ressaltava a necessidade de estados e municípios complementarem a ação federal na proteção dos bens culturais e naturais do país através da criação de órgãos específicos; da elaboração de legislação estadual e municipal para o setor; da ampliação dos recursos orçamentários; da formação de mão-de-obra especializada sob orientação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e do Arquivo Nacional etc. Além desses itens, outra questão ganharia destaque no documento: o papel do ensino, em todos os níveis, na construção de uma consciência cívica associada ao valor da tradição.

Os acordos e compromissos assumidos nestes encontros associados ao Plano Nacional de Cultura, elaborado pelo CFC em 1969, produziram as “Diretrizes da Política Nacional de Cultura”, lançadas em 1973. Essas diretrizes tornaram-se norteadoras dos Planos de Ação Cultural implementados pelo DAC, órgão responsável pelas ações executivas do Ministério e que concentrava sob sua órbita as instituições nacionais de cultura. O documento fixou os três

objetivos que deveriam nortear todas as ações do MEC na área da cultura: preservação do patrimônio cultural; incentivo à criatividade; difusão das criações e manifestações culturais.

O período de 1967-1975, onde a atuação desses intelectuais na orientação do setor cultural foi marcante, observamos que várias das ações culturais implementadas no setor já eram produzidas por essa intelectualidade em outros espaços. A criação do calendário cultural, a homenagem aos grandes homens da cultura, o estímulo à publicação dos suplementos literários, à comemoração de centenários, à publicação de obras completas funcionavam como lugares de memória onde a visão otimista do Brasil pode ser forjada. Além disso, a preservação do patrimônio de “pedra e cal” não se limitava à manutenção ou restauração dos prédios considerados monumentos. Buscava-se uma revitalização desses espaços também a partir do seu uso, incentivando nestes locais a instalação de Casas de Cultura, Academias de Letras, Arquivos, Bibliotecas e Museus. Essa estratégia de revitalização pela reforma e pelo uso tinha como objetivo construir uma memória sobre o espaço a ser preservado e dar-lhe uma utilidade que garantisse efetivamente sua monumentalidade.

A idéia de civismo como elemento chave na construção da consciência nacional estava ancorada no resgate do passado. Assim, o passado deveria ser cultuado através do ensino e da cultura. Esse culto era identificado com o patriotismo necessário à construção do imaginário social, ao estabelecimento de laços de solidariedade e à reciprocidade existente entre o Estado e a sociedade civil. Essa geração de intelectuais, identificados com as matrizes nacionalistas e otimistas ultraconservadoras, desde a década de 1930, promoveu uma releitura do passado capaz de garantir uma trajetória particular ao país. Conforme propõe Angela de Castro Gomes, o passado, ao apontar as especificidades da formação social brasileira, funcionava como um grande orientador das ações políticas. Além disso, segundo Gomes, para essa intelectualidade, o passado atendia a duas proposições: um passado que responde às tradições e está continuamente presente no cotidiano, dado seu caráter atemporal; e um “passado histórico” que destacava os fatos e acontecimentos singulares. A valorização do passado deveria responder a esses dois lugares: aos eventos únicos e ao conjunto de elementos que formavam a sociedade brasileira. Essas duas faces do passado caracterizavam o “espírito de nacionalidade”.³

³ GOMES, Angela Maria de Castro. Op.cit. Acreditamos que o processo de “recuperação do passado”, promovido pela ação dos intelectuais no Estado Novo e que foi demonstrado pela historiadora, permaneceu presente nas propostas dos intelectuais da ditadura civil-militar. Dessa forma, há uma continuidade na ação

Se para os intelectuais, a elaboração de políticas culturais sistemáticas era fundamental para a definição e preservação do patrimônio e da memória nacional, para os governos militares essa visão conservadora e otimista da cultura poderia fornecer as bases na construção do civismo. Assim, o papel político da cultura seria realçar os elementos que compõe a identidade nacional e demonstrar o papel cívico ao qual todos os brasileiros deveriam estar submetidos. Como neste período, a idéia de civismo sobrepõe-se ao ideal de cidadania, qualquer ação do Estado em defesa da nação se encontra legitimada. No civismo, os direitos políticos, civis e sociais dos cidadãos podem ser restringidos em favor da harmonia social e da segurança nacional.⁴ O conceito foi habilmente utilizado para redefinir a relação entre o Estado e o cidadão, num período marcado por Atos Institucionais que se feriam os princípios da cidadania estavam perfeitamente ajustados aos princípios do civismo.

Referências Bibliográficas:

CANCLINI, Nestor García. *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2000.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

CAVALCANTI, Lauro (org.). *Modernistas na repartição*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/Paço Imperial, 1993.

FALCÃO, José Arruda. “Política Cultura e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional”. In: MICELI, Sergio. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984 pp.23-39

FALCÃO, José Arruda. “Política Cultura e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional”. In: MICELI, Sergio. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984 pp.23-39

GOMES, Angela Maria de Castro. *História e Historiadores* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

intelectual nesses dois períodos, mas também observamos a inclusão de novos conceitos e propostas para o setor.

⁴ Sobre a noção de cidadania no Brasil ver: CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. 9ª edição; sobre o conceito de civismo, ver: PENNA, Lincoln Abreu. “Civismo”. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira et all. (org.). *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita: ideias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2000. PP.89-90

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/IPHAN, 1996

MICELI, Sérgio (org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Editora Ática, 1980. 4ª edição.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense: 1986.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Trad. Maria Júlia Golwasser. São Paulo: Ática, 1990

PENNA, Lincoln Abreu. “Civismo”. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira et all. (org.). *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita: ideias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2000. pp.89-90

SERRA, Ordep José Trindade. *O simbolismo da cultura*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1991

